

## **XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã**

**Tema central:**

**Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes  
colaborativas no contexto da pandemia**

**22 a 24 de junho de 2021, online**

**Iniciativa e Realização**

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,  
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**  
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**  
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

---

### **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo: estudo de caso da produção de uma jornalista da Marco Zero Conteúdo (PE)<sup>1</sup>**

Nayara Nascimento de Sousa<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

**Resumo:** O artigo trata do estudo de caso do jornalismo com perspectiva de gênero em um portal independente do Nordeste. O objetivo é analisar esse tipo de produção para além de jornais cuja linha editorial é especializada em gênero. Para tanto, selecionamos o veículo Marco Zero Conteúdo-PE, a partir do Mapa do Jornalismo Independente, e identificamos a perspectiva de gênero nas produções da jornalista Débora Britto. Assim, coletamos as matérias assinadas pela repórter ao longo de 2019 e utilizamos o método da Análise de Conteúdo para a categorização, considerando as variáveis de presença e ausência de perspectiva de gênero, abordagem racial e tema. De forma complementar, realizamos entrevista semiestruturada para compreender as concepções da repórter. Como resultado, observamos um esforço da jornalista em visibilizar mulheres negras nas produções com viés de gênero, de forma a valorizar o protagonismo feminino.

**Palavras-chave:** Perspectiva de gênero; Interseccionalidade; Jornalismo independente.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT4 – Práticas profissionais e formação cidadã em comunicação, da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (Cops). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema). E-mail: nayara.nns@hotmail.com

## 1 Introdução

As teorias feministas Sul Global defendem que a comunicação não pode ser encarada apenas como um dos instrumentos de dominação, mas também de ação política, se tornando essencial para o combate às assimetrias de gênero (FONSECA; CAL; DARWICH, 2020). Nesse sentido, é crescente a demanda pela atuação das mulheres nos espaços comunicativos, inclusive no jornalismo.

Por outro lado, a feminização do jornalismo por si só não é suficiente para que as pautas femininas sejam visibilizadas na mídia. Desse modo, a expressiva atuação das mulheres no jornalismo no Brasil não consegue se refletir na perspectiva adotada para a produção do conteúdo nos veículos corporativos, que tendem a privilegiar uma abordagem masculinista, com pouco espaço para a transversalidade do gênero e para as vozes femininas (SILVA, 2010; ROCHA; DANCOSKY, 2018; DIAZ, 2019; COSTA, 2018).

Desse modo, não basta apenas que as mulheres ocupem as redações, é necessário pensar na inclusão de outros fatores para que o jornalismo consiga de fato suprir a invisibilidade feminina e superar os estereótipos na mídia. Assim, o jornalismo com perspectiva de gênero, também chamado de Jornalismo Feminista, é uma proposta de produção transversal, fundamentado no protagonismo das mulheres desde a definição da pauta, tema, enfoque, linguagem, fontes e recursos imagéticos (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017; COSTA, 2018; ROCHA; DANCOSKY, 2016).

Boa parte da literatura publicada sobre jornalismo com perspectiva de gênero considera iniciativas independentes cuja linha editorial é especializada no viés feminista/feminino (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017; COSTA, 2018; ROCHA; DANCOSKY, 2018), a partir do pressuposto de que a mídia alternativa possui potencial para veicular conteúdo que se contrapõe à imprensa hegemônica.

Nesse sentido, o esforço deste trabalho é analisar o jornalismo com perspectiva de gênero para além dos portais especializados, mas também numa iniciativa alternativa/independente, partindo da percepção de que os veículos contra-hegemônicos visam oferecer um conteúdo que geralmente não é pautado ou que é mostrado de forma estereotipada na grande mídia. Para tanto, optamos pelo estudo de caso, na averiguação das produções de uma única jornalista do jornal Marco Zero Conteúdo, sediado no Recife-PE, por entendermos que o jornalismo com perspectiva de gênero fora dos portais especializados pode partir de uma atitude profissional individual.

Utilizando a abordagem quanti-quali, a pesquisa se baseia no método da Análise de Conteúdo na categorização das matérias que apresentam a perspectiva de gênero total ou parcialmente, publicadas ao longo de 2019 pela jornalista Débora Britto. De modo complementar, realizamos entrevista semiestruturada com a profissional, com o objetivo de compreendermos os fatores que podem contribuir para esse tipo de produção.

## 2 Mulheres no jornalismo: ocupar as redações é suficiente?

Os meios de comunicação tendem a ser vistos como ferramentas que reproduzem e estruturam as desigualdades de gênero (BIROLI, 2011), mas também é necessário reconhecer o potencial de ação política desses espaços para visibilizar as mulheres e outras minorias sociais. Nesse sentido, as teorias feministas Sul Global defendem que a comunicação não é somente um instrumento de dominação, se configurando também em lugar resistência essencial para o combate às assimetrias de gênero (FONSECA; CAL; DARWICH, 2020).

Se por um lado, a atuação das mulheres nos espaços comunicativos, inclusive no jornalismo, é importante para diminuir as disparidades de gênero no mercado de trabalho, por outro lado a progressiva feminização das redações não garante que as pautas femininas sejam visibilizadas na mídia. Dessa forma, embora as mulheres sejam maioria no jornalismo no Brasil<sup>3</sup>, são os homens que mais ocupam os cargos de chefia. Conforme aponta a pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro (2017)<sup>4</sup>, 65,4% das jornalistas respondentes indicaram que, em seus locais de trabalho, há mais homens exercendo funções de liderança, como editores, coordenadores, diretores etc.

Outra questão levantada é que, além do sexismo, o jornalismo também é marcado pelo racismo estrutural, na medida em que poucas mulheres negras e homens negros ingressam nessa profissão. De acordo com o levantamento do Perfil do Jornalista Brasileiro, realizado em 2012, apenas 23% das/os jornalistas são negras/os (5% pretas/os e 18% pardas/os). A pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro (2017) corrobora esses dados, indicando que 94,5% das mulheres respondentes disseram haver mais pessoas brancas do que negras em seus veículos, ao passo que essa disparidade aumenta quando se refere aos cargos de liderança, com 95,6%.

Outro fator que deve ser levado em consideração é que a feminização do jornalismo não garante a visibilidade das pautas de gênero. Assim, a mídia é um espaço que, em tese, deveria privilegiar um olhar feminino, entretanto até mesmo as pautas definidas pelas mulheres em geral não privilegiam temas femininos ou que poderiam interessar à esse público (ABREU; ROCHA, 2006).

Contudo, não basta apenas que as mulheres ocupem as redações, é necessário incluir outros fatores para que o jornalismo consiga de fato suprir a invisibilidade feminina e superar os estereótipos na mídia. A reflexão que se faz é que a pouca diversidade no jornalismo pode impactar na forma como o conteúdo é produzido e sobre quais pessoas e assuntos estão sendo privilegiados, já que essa profissão mantém a base da branquitude e heteronormativa.

---

<sup>3</sup> Segundo a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em 2012, as mulheres representam 64% das/dos jornalistas e 36% são homens. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>

<sup>4</sup> A pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro foi realizada pela organização feminista Gênero e Número em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2017. Disponível em: [https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901\\_GN\\_relatorioV4.pdf](https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf)

### 3 Por um jornalismo com perspectiva de gênero

A preocupação em visibilizar as mulheres nas produções jornalísticas não é recente, mas essas demandas crescem cada vez mais. A pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro* (2017) levanta algumas problemáticas decorrentes de um ambiente de trabalho sexista: parte das profissionais que participaram do estudo indicaram que, mesmo quando produzem matérias com viés de gênero, o texto sofre intervenções por parte dos editores homens, sendo que outras mulheres não conseguem sequer emplacar a pauta, em virtude da resistência dos editores em aceitar matérias com foco nas assimetrias de gênero. Também é comum que o feminismo seja tratado como tema não verdadeiramente jornalístico.

Desse modo, tendo em vista as resistências para produções com perspectiva de gênero, ou seja, as dificuldades para realizar mudanças na abordagem que se tem do jornalismo, há indícios de que as alterações no viés do conteúdo sejam advindas das atitudes profissionais individuais (MANO, 2017).

Na contramão, as iniciativas independentes têm mostrado potencial para produzir conteúdo que questione estereótipos, a partir da visibilidade e empoderamento social das mulheres (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017; COSTA, 2018). Uma parcela significativa dos estudos que relacionam gênero e mídia independente se baseia no Mapa do Jornalismo Independente (2016)<sup>5</sup>, para identificar e analisar portais feministas/especializados – por exemplos: *Gênero e Número*; *Lado M*; *Cientista que virou mãe*; *AzMina*; *Catarinas*; *Nós, Mulheres da Periferia*. Assim, esse tipo de conteúdo é definido como jornalismo feminista ou com perspectiva de gênero, sendo uma proposta de produção transversal que tem a mulher como protagonista (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017; COSTA, 2018; ROCHA; DANCOSKY, 2018).

A partir de trabalhos que analisam os portais independentes feministas/especializados (COSTA, 2018; VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017), elencamos as principais características do jornalismo com perspectiva de gênero: contraposição à mídia hegemônica; abordagem dos conteúdos com viés de gênero no sentido interseccional<sup>6</sup>; prioridade pelas mulheres como repórteres e fontes, nas ilustrações e imagens utilizadas, nas pautas, temas e no enfoque.

---

<sup>5</sup> O Mapa do Jornalismo Independente é um levantamento das iniciativas independentes no Brasil, realizado pela Agência Pública. Os critérios para a seleção dos portais incluem aqueles que produzem conteúdo jornalístico (blogs não são considerados), que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

<sup>6</sup> O termo “interseccionalidade” foi cunhado por Kimberlé Williams Crenshaw, e se refere à relação entre classe, raça e gênero, de forma que essas discriminações não operam separadas ou excludentes, mas juntas (CRENSHAW, 2004). A autora reflete que “um dos problemas é que as visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Há também outras categorias de discriminação: em função de uma deficiência, da idade, etc. A interse-

Dessa forma, foi possível identificar o jornalismo com perspectiva de gênero para além de portais especializados, conforme Sousa (2020) aponta em estudo. Entendendo as características desse tipo de produção, tanto os portais quanto os cursos de formação podem oferecer outras formas de fazer jornalismo, que consigam visibilizar a diversidade de mulheres nos mais variados assuntos, para superar o caráter masculinista das produções hegemônicas.

#### 4 Procedimentos metodológicos

A metodologia se baseia na abordagem quanti-quali para atender à finalidade do trabalho, que pretende analisar determinadas características das matérias com perspectiva de gênero, produzidas por uma jornalista do portal Marco Zero Conteúdo (PE)<sup>7</sup>. A pesquisa bibliográfica é utilizada na elaboração do referencial teórico, o método da Análise de Conteúdo (AC) supre a parte quantitativa na categorização das matérias, e a técnica da entrevista semiestruturada relaciona qualitativamente os dados com as concepções da jornalista sobre o jornalismo com viés de gênero.

Para Bauer (2002), a AC é um método híbrido, por permitir que se estabeleça relação entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. Nesse sentido, a AC faz inferências quantitativas a partir de um conteúdo categorizado que pode ser comparado, para chegar às conclusões com base num referencial, que é o objetivo da pesquisa em questão.

Gil (2009) explica que a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas Ciências Sociais, por se constituir numa forma de interação social. Por um lado, a entrevista permite que as fontes se expressem a respeito de suas concepções e experiências, mas também é possível classificar os dados para comparações.

A partir do Mapa do Jornalismo Independente (2016), foram utilizados os seguintes critérios para a seleção do veículo da pesquisa: 1) o portal não é especializado; 2) têm mulheres repórteres que produzem conteúdo com foco em gênero, feminismo e/ou direitos humanos, sendo que as jornalistas também podem publicar textos sem o viés de gênero em parte do conteúdo; 3) as matérias são assinadas, para identificarmos quem produziu.

A Marco Zero Conteúdo foi escolhida por abarcar todos os critérios determinados e por se tratar de um portal sediado no Nordeste, possibilitando a ampliação das pesquisas com objetos fora do eixo Sul-Sudeste. Assim, nos chamou atenção as produções da jornalista Débora Britto, a partir da observação sistemática das matérias assinadas por ela, considerando as características do jorna-

---

cionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2004, pp. 9-10). Baseado no pensamento de Crenshaw, Rodrigues (2013) pontua que a “interseccionalidade constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais”.

<sup>7</sup> Marco Zero Conteúdo nasceu em 2015, sediado em Recife-PE. O coletivo tem a produção jornalística baseada em três pontos principais: semiárido nordestino, urbanismo e relações de poder. <https://marcozero.org/>

lismo com perspectiva de gênero. Por conseguinte, entramos em contato com a repórter e realizamos entrevista semiestruturada por chamada de voz pelo WhatsApp, em 6 de novembro de 2019. Para a análise do material, coletamos todas as publicações de 2019 indexadas pelo nome da jornalista no portal, totalizando 28. Os dados foram categorizados com base em um livro de código, e neste trabalho consideramos as variáveis: abordagem feminina, abordagem racial e tema.

## 5 Análise dos dados

Considerando o ano de 2019, identificamos 28 matérias assinadas pela jornalista Débora Britto no portal Marco Zero Conteúdo, publicadas entre 3 de janeiro e 10 de dezembro. Conforme indica a Tabela 1, 46,43% das produções possuem perspectiva de gênero, seja total, quando são fundamentadas exclusivamente na abordagem feminina, ou parcialmente, quando incluem um recorte de gênero em pelo menos uma parte da matéria.

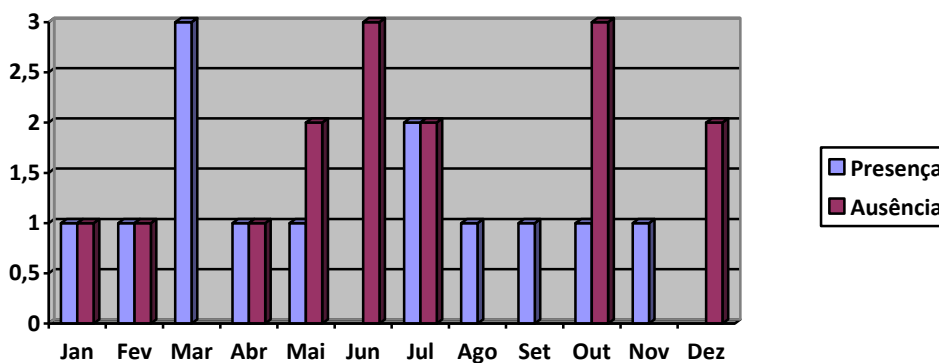
**Tabela 1 - Produções com perspectiva de gênero**

	Frequência	Percentual
Presença	13	46,43
Ausência	15	53,57
Total	28	100,00

Fonte: autora (2021).

A quantidade de produções com perspectiva de gênero é expressiva, se considerarmos que a jornalista atua em um portal não especializado no viés feminino e/ou feminista, ou seja, o jornal pode ter interesse em publicar esse tipo de conteúdo, mas não se limita a ele. A partir disso, no Gráfico 1, verificamos a distribuição das matérias com e sem perspectiva de gênero ao longo de 2019, para observarmos se houve predominância dessa abordagem em meses específicos, como, por exemplo, março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher.

**Gráfico 1 - Distribuição mensal das matérias publicadas em 2019**



Fonte: autora (2021).

Os dados apontam certo equilíbrio na distribuição mensal das produções com ou sem perspectiva de gênero. É interessante notar que no mês de março, quando são realizadas manifestações feministas, foram publicadas três matérias e todas apresentam uma abordagem de gênero. Chama atenção também que apenas em dois meses do ano a jornalista não publicou conteúdo com perspectiva de gênero, em junho e dezembro, o que indica um interesse em oferecer pautas que possam tanto visibilizar as mulheres, quanto tratar de outras questões.

Por conseguinte, na Tabela 2, verificamos se as matérias com abordagem de gênero apresentam a interseccionalidade da raça, em específico negra e indígena, uma vez que uma das principais características do jornalismo com perspectiva de gênero é visibilizar mulheres plurais.

**Tabela 2 - Produções com perspectiva de gênero e raça**

	Frequência	Percentual
Mulher negra	6	46,15
Mulher indígena	2	15,39
Sem referência	5	38,46
Total	13	100,00

Fonte: autora (2021).

Assim, observamos que a maioria das matérias que trazem uma perspectiva de gênero, seja total ou parcial, também apresenta uma abordagem racial – 46,15% tratam das mulheres negras. O resultado é animador, de modo que indica uma preocupação da jornalista em ampliar as pautas de gênero atravessadas pela raça, ou vice-versa. Sobre mulheres indígenas, elas aparecem em 15,39% das produções.

A última tabela (Tab. 3) aponta os temas das matérias com perspectiva de gênero e raça, pelo critério daquele que mais se sobressai na produção. As temáticas identificadas são: “movimentos sociais/ativismo”, quando se trata das produções que tratam de manifestações de mulheres e ações realizadas por ativistas, “aborto”, “crise migratória”, se referindo à situação de mulheres migrantes (venezuelanas, por exemplo), “violência contra a mulher” e “internacional”, essa última abordando mulheres de outros países.

**Tabela 3 – Temas das matérias com perspectiva de gênero e raça**

Tema	Frequência	Percentual
Movimentos sociais/Ativismo	7	53,84
Aborto	2	15,39
Crise migratória	2	15,39
Violência contra a mulher	1	7,69
Internacional	1	7,69
Total	13	100,00

Fonte: autora (2021).

Ao identificarmos os temas das produções que apresentam perspectiva de gênero, observamos que a maior parte foca nos movimentos sociais e ativismos, 53,84%, sobretudo com

feminismos/feminismos negro e manifestações de mulheres indígenas. Notamos que a jornalista possivelmente se preocupa com temas que ressaltem o protagonismo feminino, a luta das mulheres, causas sociais. Por outro lado, chamamos atenção para outras temáticas que podem ser exploradas, como política, economia, esporte etc., uma vez que as pautas da repórter ainda são muito voltadas para os assuntos tipicamente femininos, como aborto e violência contra a mulher.

Com o objetivo de compreender melhor os dados quantitativos, relacionamos as análises à entrevista realizada com a jornalista Débora Britto, em 2019. Mulher negra, formada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a repórter atua na Marco Zero Conteúdo desde 2017. Sobre a escolha das pautas, Britto (2019) indica que esse processo envolve diversos fatores, especialmente sua trajetória e posições:

Eu acho que a escolha das pautas está muito vinculada a quem eu sou, ao sujeito político que eu sou, à medida que essas questões foram se apresentando na minha vida. Eu sempre tive no horizonte a questão dos direitos humanos, mas esse aprendizado e essa experiência pessoal também foram fundamentais para que eu sempre olhe, hoje em dia, para as questões, para a pauta, para um tema, e tentando, por exemplo, questão da moradia urbana, como que é isso para as mulheres, como que é isso para as mulheres negras, no meio urbano, que não têm acesso à moradia. Como é a questão, por exemplo, de mulheres indígenas dentro da luta dos povos indígenas. Esse somatório de experiências pessoais, de meu interesse por direitos humanos, que acaba favorecendo.

Conforme verificado nos dados, as matérias com perspectiva de gênero produzidas pela jornalista demonstram a pluralidade da qual ela fala. Embora o tema mais trabalhado seja movimentos sociais, Britto diversificou ao abordar ativismos de mulheres negras e indígenas, por exemplo, para além de tratar das manifestações de forma homogênea. A jornalista ainda explica que atuou em organizações sociais, o que pode explicar o interesse recorrente por essa temática:

Eu me formei e trabalhei durante alguns anos não diretamente como repórter, não em veículos de jornalismo, eu trabalhei em ONGs, onde visam acesso aos direitos. Eu trabalhei nessa ONG de agroecologia e agricultura familiar, depois eu passei um tempo “freelando” para movimentos sociais e organizações da economia solidária, e, em seguida, eu passei a trabalhar no Centro de Cultura Luiz Freire, que é uma organização bem tradicional aqui de Pernambuco, de direitos humanos [...]. Todo esse processo me coloca em contato com muitas pessoas que são do campo social, são do campo das organizações que visam direitos, e isso contribui para que eu seja uma pessoa que já esteja mais conectada com as questões sociais e políticas também. Aí é assim que eu proponho, que eu enxergo pautas com essas questões. (BRITTO, 2019).

Assim, notamos que a trajetória da jornalista tem peso importante na escolha das pautas, na forma como os temas vão ser abordados e quem será visibilizada, que reforça a hipótese de um esforço individual para a produção de matérias com perspectiva de gênero, ainda que os valores que guiam o veículo também seja importante nesse sentido.

Para finalizar, sobre as dificuldades para produzir conteúdo com perspectiva de gênero, Britto aponta os conflitos para que as pautas sobre mulheres não sejam classificadas como menos importantes do que outras:



O mais difícil, na verdade, é conseguir entender essas questões e trazer elas para um produto jornalístico, para uma reportagem, para uma matéria jornalística, sem que isso esteja vinculado com rótulo, né? De “ah, a gente está fazendo uma pauta sobre mulheres, ou sobre mulheres negras, isso é uma pauta identitária que só interessa às mulheres negras”. Eu tento desmistificar essa questão, eu questiono inclusive essa terminologia das pautas identitárias, que na verdade são questões que são invisibilizadas, inclusive pelo *establishment*<sup>8</sup>, pelas próprias redações, pela máxima jornalística de valor notícia, como se fossem questões de um grupo menor, e por isso são questões que vão ser menos priorizadas, ou que têm menos visibilidade. [...] Ainda é um desafio produzir um produto jornalístico que não seja visto como algo só para aquele segmento, sabe? Mas que na verdade é algo que interessa à sociedade como um todo, se é uma matéria que fale sobre feminismo, enfim, que homens leiam, são matérias sobre mulheres negras, sobre pessoas negras, que pessoas brancas leiam. (BRITTO, 2019).

A jornalista indica que ainda há resistência em torno do jornalismo que trate das mulheres, por uma questão das pautas de gênero serem entendidas por alguns como menos importantes do que outras. Por outro lado, Britto se mostra engajada em produzir esse tipo de conteúdo.

## 5 Considerações finais

O jornalismo com perspectiva de gênero é uma proposta de produção fundamentada no protagonismo feminino. Embora as redações estejam cada vez mais femininas, a ocupação desses espaços pelas mulheres não garante que o conteúdo consiga visibilizar as pautas de gênero. Outro problema alarmante no jornalismo brasileiro é a baixa presença de mulheres negras e homens negros nas redações, o que pode contribuir com a invisibilidade racial nas produções.

Tendo em vista essas questões, este trabalho se propôs a analisar as produções de uma jornalista do portal Marco Zero Conteúdo, sediado no Recife-PE. A partir da análise das matérias publicadas por Débora Britto, notamos que há um esforço em trazer pautas com perspectiva de gênero, com destaque para a interseccionalidade de raça. Por se tratar de um veículo não especializado na abordagem feminina/feminista, percebemos que olhar para as iniciativas individuais em outros espaços da mídia podem ser interessantes para entender que as pautas de gênero precisam ser postas em qualquer veículo.

Contudo é importante trabalhar mais temáticas que ultrapassem aquelas tipicamente associadas às mulheres, tais como aborto e violência, abordando a perspectiva de gênero de forma transversal na política, economia, esporte etc. Também chama atenção que a jornalista se preocupa em abordar o protagonismo feminino, fugindo da ideia de que as mulheres só aparecem na mídia quando são vítimas.

Por fim, a entrevista se mostrou válida de modo a possibilitar que entendêssemos que a trajetória e os interesses pessoais da jornalista têm impacto no seu trabalho. Dessa forma, perceber o

---

<sup>8</sup> *Establishment* se refere a qualquer pessoa, grupo social ou instituição que tem uma influência significativa sobre o conjunto da sociedade, como um veículo de comunicação, um político dirigente, etc., para manter a estrutura de poder. Disponível em: <https://conceitos.com/establishment/>

jornalismo nas suas múltiplas facetas, não apenas como espaço de reprodução das desigualdades de gênero, mas que também é ação política, que pode visibilizar a diversidade de mulheres.

### **Referências bibliográficas:**

ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora (Org.). **Elas ocuparam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático I. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.6, Brasília, p.71-98, jul.-dez. 2011.

BRITTO, Débora. **Entrevista concedida à Nayara Nascimento de Sousa**. 6 nov. 2019.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo Feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DIAZ, Liz Ribeiro. **Masculino, o gênero do jornalismo?** O tensionamento entre a representação da mulher na mídia tradicional e o movimento feminista em redes sociais digitais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FONSECA, Nathália; CAL, Danila; DARWICH, Rosângela. Interfaces entre comunicação e feminismos do Sul Global: construindo direcionamentos analíticos. In: CAL, Danila Gentil Rodriguez; BRITO, Rosaly de Seixas (Org.). **Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico**: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis. Curitiba: CRV, 2020. p.101-115.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANO, Maíra Kubík T. De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.21 n.39, p.9-20, jul./dez. 2017.

ROCHA, Paula Melani; DANCOSKY, Andressa Kikuti. A diversidade de representações da mulher na cauda longa do jornalismo independente sobre gênero. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, n.139, p.389-408, 2018.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais**, Florianópolis, 2013.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOUSA, Nayara Nascimento de. Muito além da “caixinha feminista”: o jornalismo com perspectiva de gênero em portais independentes. *In*: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. **Anais**. 2020.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del; SOUZA, Humberto Cunha Alves de. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. **Media & Jornalismo**, v.17, n.31, p.131-152, 2017.